

## ENTRE GAZETAS E JORNAIS: REPENSANDO A GÊNESE DO JORNALISMO<sup>1</sup>

Luís Francisco Munaro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Estudar a história do jornalismo envolve a percepção de uma série de transformações sociais relativas à desestruturação de antigas formas construir a realidade. O século XVIII permite pensar a importância das práticas de escrita voltadas para a sociedade civil em detrimento daquelas produzidas como expressão das necessidades de sociedades corporativas. Para que haja a disseminação dessas práticas de escrita, é preciso que haja uma preocupação contínua com o presente em seu vínculo com o futuro, enquanto as sociedades corporativas de Antigo Regime eram orientadas por um tempo que paralisava a novidade integrando-a na história já conhecida. Analisando-se a questão por esse ângulo, é possível perceber o jornalismo como uma das práticas textuais fundamentais para a solidificação do projeto moderno e para a emergência de uma esfera pública literária.

**PALAVRAS-CHAVE:** *História do jornalismo, Esfera pública literária, Modernidade, Antigo Regime, Gazetas.*

**ABSTRACT:** Studying the history of journalism involves the perception of a set of social changes and the breakdown of old ways of designing and constructing reality. The Eighteenth Century, responsible for the monarchical absolutism crisis, suggests the importance of writing practice focused on civil society over those produced to reflect the needs of corporate society. So, to the spread of these practices of writing, there must be an ongoing concern with the present in his relationship with the future, while the corporate society of the Ancient Regime were oriented by a time that paralyzed the novelty integrating it into the story already known . Analyzing the issue from this angle, journalism can be seen as a fundamental textual practice to the solidification of the modern enterprise and the emergence of a literary public sphere.

**KEYWORDS:** *History of Journalism, Literary public sphere, Modernity, Ancient Regime, Gazettes.*

<sup>1</sup> Um esboço desse texto foi apresentado no XXVIII Simpósio de História, realizado pela Anpuh.

<sup>2</sup> Professor de Jornalismo na UFRR. Doutor em História pela UFF, mestre em Jornalismo pela UFSC, formado em História e em Jornalismo pela UNICENTRO.

Duas dificuldades se sobressaem em discussões cujo objetivo é mapear a gênese do jornalismo: a primeira delas é buscar encontrar um conjunto fechado e bem definido de qualidades profissionais; a segunda, o anacronismo de tentar perceber nas práticas jornalísticas raízes ancestrais e remotas no tempo, baseadas num certo mito das origens. Tais crenças não apenas deixam de fora as especificidades da história quanto afastam o pesquisador de compreender adequadamente os condicionamentos econômicos e culturais que permitiram a formação da sociedade civil.

Reinhardt Koselleck lembra que, antes do *Tratado Sobre o Entendimento Humano*, de John Locke, publicado em 1670, era bastante difícil, senão impossível, imaginar um julgamento moral exterior ao Estado de Antigo Regime (KOSELLECK, 1999, p. 15). O Estado havia sido o responsável pelo final das guerras religiosas, e a virtude brotava necessariamente dessa confiança na capacidade do *gubernaculum* definir sobre o possível e o impossível. O príncipe encarnava a expressão máxima do social e qualquer opinião que desviasse dessa torre-de-marfim moral devia permanecer confinada na consciência individual. A partir das reflexões de Locke, os cidadãos começam a ser percebidos com autonomia moral suficiente para julgar os procedimentos do Estado, sendo a soma dessas autonomias, reunidas na sociedade civil, a garantia da existência do que o autor chama *Philosophical Law* (Apud KOSELLECK, 1999, p. 50). Trata-se da lei da opinião pública, a soma dos juízos individuais que assegura as qualidades da boa política. Pouco tempo depois, a Constituição britânica tornaria possível a liberdade de manifestação da opinião, permitindo também o surgimento do primeiro periódico voltado para o público doméstico, *The Spectator*, de Addison e Steele.

Para Koselleck, os estratos sociais cuja representação era negada pelo Estado encontraram na República das Letras e nas Lojas Maçônicas espaços capazes de transgredir a lógica do segredo da qual o mesmo Estado se achava revestido. Nossa hipótese, nesse sentido, é que esse Estado hobbesiano, o mesmo Leviatã responsável pela última palavra em termos de política, pode ter visto na Gazeta periódica um instrumento provisório para estender sua influência diante da camada da população crescentemente alfabetizada, aquela que Locke identificava com a sociedade civil.

As gazetas produzidas por governos de Antigo Regime deviam fazer transitar informações para fatias da população cada vez mais envolvidas com transações

comerciais e, desta forma, ansiosas por receber dados a respeito de outros Estados com os quais se podia manter negociações. Mas não somente isso: financistas, negociantes, magistrados cuja percepção individual do trabalho era prejudicada pelo procedimento secreto do Estado requeriam essa informação. Evidentemente, o Estado de Antigo Regime, sobretudo no caso francês, não soube responder adequadamente. Somos tentados a perceber, no esforço das gazetas que começam, no Continente europeu, com Théophraste Renaudot em 1631 (LEVY, 1929, p. 294), uma tentativa não de oferecer informações, mas de conter a inevitável sede dos indivíduos por informações que diziam respeito ao Estado. As redações contínuas das autoridades eclesiásticas e do rei Luís XIII para a Gazeta indiciam o caráter da publicação de Renaudot (Ibid). Ao mesmo tempo em que responsável por canalizar os recursos individuais e os consumir em meio a uma burocracia incompreensível, esse Estado impedia a sociedade de criar seus próprios mecanismos de expressão política.

Assim, as Gazetas publicadas por governos de Antigo Regime eram mais reveladoras por aquilo que escondiam do que por aquilo que publicavam. As informações disponibilizadas pareciam ser antes de tudo uma tentativa de conter e oferecer um filtro para uma realidade que se apresentava crescentemente transformada do que aproveitar essa realidade e as mudanças a ela intrínsecas para vender jornais. Seu objetivo era oferecer estabilidade para o tempo do Antigo Regime, deixando-o intacto, mais do que uma investigação sobre o tempo presente e sua relação com o devir, característica do *journalisme*. Para uma Gazeta de Antigo Regime, refletir o devir não teria importância já que, logicamente, ele apresentará as mesmas características e estruturas da história já conhecida e coroada de exemplos morais.

A emergência do jornalismo – e outros espaços de trânsito e divulgação de ideias, como as sociedades literárias e lojas maçônicas – implica o questionamento desse sistema corporativo em que a mudança não era absolutamente importante. Pensar uma sociedade civil interessada na divulgação de informações sobre o comércio, literatura ou sobre o próprio funcionamento do Estado que mexia com os interesses de todos, implica pensar na composição estamental da sociedade de Antigo Regime. Com sua formação de ordens e pequena mobilidade social, o Antigo Regime não precisava de um fluxo contínuo de informações sobre os acontecimentos internos do Reino. Precisava, sim, sob a máxima medieval da “*historia magistra vitae*”, preservar suas estruturas de poder e os privilégios baseados em hierarquias de classe. A Gazeta, como se buscará comprovar, era uma extensão do poder magnético exercido pela Corte

(ELIAS, 2001, p. 44-5). Ela encarnava um pensamento fortemente nostálgico em que a história aparecia como uma sucessão de feitos morais dignos de serem transplantados ao presente.

Para investigar a gênese do jornalismo, propomos nesse texto a abordagem a partir das diferenças que demarcam a informação destinada para a sociedade corporativa e a informação destinada e produzida pela sociedade civil, identificada com o jornalismo. Essa transformação define com maior precisão o surgimento de uma prática social e apresenta a crescente necessidade econômica de informações periódicas. Do ponto de vista do seu desenvolvimento interno, o jornalismo apresentou a necessidade de manter fiéis grupos potenciais de leitores capazes e interessados em assinar jornais. Trata-se de um produto que, além de bastante custoso, não está acabado. A necessidade de vender e, vendendo informar, tem no romance inacabado do jornalismo uma invenção comercial extremamente importante.

Ainda que o Estado tenha tentado controlar esse trânsito informativo através dos mais variados expedientes, inclusive da maior sofisticação das gazetas, os recursos informativos, formas de exploração de mercado e necessidades de divulgação já eram bastante grandes e diversificados no século XVIII. Em menor escala, foi o que aconteceu na Espanha e Portugal no início do século XIX, quando os mercados editoriais começaram a se sofisticar e colocar em circulação maior número de informações escritas. O fenômeno português na ilha britânica entre 1808 e 1822, cujo pontapé foi dado por Hipólito da Costa, é mais do que exemplar disso. Financiados por grupos de negociantes prejudicados pela fuga do príncipe D. João, os jornais buscavam informações mais detalhadas a respeito daquilo que acontecia e também exprimir os interesses comerciais dos seus financiadores e assinantes.

Esta investigação procurará opor duas formas de escrita vinculadas à concepção de tempo que carregam: se, para a Gazeta, a história é a mestra da vida, para o jornalismo o futuro já é algo a desbravar e conhecer na forma de utopia, os governos são organismos que morrem, e a curiosidade humana deve ser alimentada pela reflexão contínua sobre o tempo e as coisas que acontecem no seu interior. Para aprofundar esta análise, abordaremos por um lado as histórias precursoras do jornalismo inglês e francês, desenvolvidas sob circunstâncias distintas e, por outro, as histórias tardias do jornalismo português e brasileiro.

## DAS GAZETAS

A *Gazeta de Lisboa*, considerada o primeiro periódico português, estava mais preocupada em distanciar o leitor de realidades que pudessem parecer problemáticas do que oferecer-lhes material ativo para a reflexão (BELO, 1999). Da mesma forma, a *Gazette de France* começou a sofrer críticas por não saber informar. Diante do crescimento de setores sociais insatisfeitos com a estrutura política do Antigo Regime, as gazetas não constituíam mais um equivalente prático das necessidades da sociedade civil. Como lembra Pierre Manuel, a *Gazette de France* continha uma infinidade de problemas, começando pelo destaque excessivo dado aos procedimentos e formalidades da Corte. Os indivíduos que começavam a se imaginar como integrantes da opinião pública e, portanto, passavam a se enxergar mais como cidadãos do que como súditos, estão preocupados com seus bens, com sua representatividade política e a expressão de seu esforço crítico:

Um povo que quer ser bem informado não pode se satisfazer com a *Gazette de France*. Quem quer saber se o rei cumpriu o ritual do lava-pés para alguns pobres-diabos cujos pés nem sequer estavam sujos? Ou se a rainha celebrou a Páscoa em companhia do Conde d'Artois? Ou se o Monsieur se dignou a aceitar a dedicatória de um livro que tal vez nunca venha a ler? Ou o Parlement, vestido em trajes cerimoniais, repreendeu o infante delfim, que estava de fraldas? As pessoas querem saber o que é realmente feito e dito na corte – por que e para quem o cardeal de Rohan teria colocado na cabeça a ideia de brincar com um colar de pérolas; se é verdade que a condessa Diane indica os generais do exército e a condessa Jule os bispos; quantas medalhas de São Luís o ministro da Guerra depara sua amante distribuir como lembranças de Ano Novo. Eram os argutos autores de gazetas clandestinas [*nouvelles à la main*] que espalhavam as novas sobre esse tipo de escândalo (Pierre Manuel, Apud DARNTON, 2005, p. 47-8).

Segundo Pierre Manuel, a função de informar começava a se deslocar da *Gazette* para as irregulares *nouvelles à la main*. Era mais importante buscar notícias nelas, que eram uma expressão livre brotada das entranhas da sociedade, do que na Gazeta, que continha o relato formal dos procedimentos da Corte. Na mesma medida em que o Estado proibia a publicação destas *nouvelles*, elas começavam a gerar interesse e se tornar produtos rentáveis. A transição social e política que acontece, em graus bastante diferentes, na Inglaterra, França, Espanha ou Portugal, diz respeito à crise do poder absolutista que torna o príncipe uma figura secundária no jogo político, transformando-o num cidadão também submetido ao julgamento crítico. Isso explica o questionamento de Manuel: “Qual a importância de saber da cerimônia de lava-pés do rei”?

Os jornalistas lusófonos, familiarizados com as ideias liberais num ambiente bastante tardio – o exílio em Londres entre 1808 e 1822 –, vão fazer um questionamento semelhante: se o rei deixa de ser senhor e se torna um cidadão, também deixa de ser o primeiro leitor do jornal. João Bernardo da Rocha Loureiro, autor dos jornais *O Espelho* e *O Português* entre 1813 e 1822, ajuda a compreender esse processo de transformações políticas que mexia intimamente com os aspectos críticos dos periódicos:

Os Espanhóis têm os ouvidos mais delicados, como se mostra pelo que há pouco aconteceu: Fernando 7º escreveu à Regência uma carta, que foi presente às Cortes, e nela se via escrita esta palavra *Vassalos*; então um dos Deputados, que a ouviu ler, escandalizado gritou: *Vassalos! Nós não o somos de Fernando 7º, somos cidadãos, e, se somos vassalos, é só da lei*; a isto acudiu o Deputado Secretário do congresso, e com boas razões aplacou os ânimos, que se iam alvoroçando, dizendo-lhes, *que Fernando 7º merecia desculpa; pois acabando de sair do cativeiro, e não estando ainda bem informado das reformas, estabelecidas na Espanha, era natural que lhe escapasse um termo, que sabia ao antigo despotismo*. Por esta ocasião nos lembram as palavras memoráveis, com que um Rei da Suécia começou o seu discurso ao Senado: *Senhores eu sou, e folgo de ser o primeiro cidadão de um povo livre!* (*O Português*, 1814, V.I, p. 31-2, grifos nossos).

As mesmas críticas que Pierre Manuel fez à *Gazette de France* foram feitas pelos primeiros jornalistas portugueses, que precisaram escapar da Inquisição em Portugal para publicar livremente informações escritas em Londres. Tanto quanto Pierre Manuel e Rocha Loureiro, Hipólito da Costa mencionava o caráter incipiente da *Gazeta de Lisboa*, acrescentando que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, sua equivalente brasileira, mal servia para embrulhar manteiga (*Correio Braziliense*, 1812). A *Gazeta* tinha, segundo estes escritores, um objetivo específico de estender o poder da Coroa e se inscrevia no mecanismo de funcionamento do absolutismo: o príncipe era seu primeiro leitor (MUNARO, 2014, p. 280), já que era também o seu mecenas.

O que importa destacar nas Gazetas, seja na França, Portugal ou Rio de Janeiro, é a margem do não visível, daquilo que é sistematicamente ocultado do leitor. Sobressai-se o esforço de estabilizar o tempo e impedir a repercussão das mudanças, acoplando a novidade à história já conhecida e não abrindo margem ao futuro. Trata-se, noutras palavras, mais de reiterar a tradição do que apresentar a novidade. Como lembra André Belo, em seu estudo sobre a *Gazeta de Lisboa*:

O inesperado, enquanto irrupção de uma desordem no ritmo regular dos acontecimentos é afastado dela ou retardado até poder ser confirmado e inserido num sentido histórico familiar. A *Gazeta* tinha a pretensão de ir esfriando os eventos, de lhes ir retirando a sua carga de novidade atual. Os

acontecimentos do presente deviam ir sendo transformados em passado à medida que sucediam e a Gazeta era um laboratório onde se fazia essa mediação, onde uma distância relativamente ao que acontecia ia sendo criada. O recurso às fontes escritas, com um eventual confronto entre várias, constituía uma maneira de o fazer. Assim, certas notícias escritas de fora, desde que abonadas por fontes fidedignas, cabiam melhor no periódico do que outras, porventura demasiado próximas (BELO, 1999, p. 626).

Analistas contemporâneos poderiam redarguir questionando a imobilidade e conservantismo do jornalismo como é apresentado ainda hoje. Mas são situações bastante distintas. Se a Gazeta ocultava sistematicamente a realidade sombria de um tempo que não podia mais compreender, o jornalismo contemporâneo apresenta as novidades dentro de estruturas e rotinas produtivas, nas quais a novidade é absolutamente necessária. Ainda que não se trate de uma novidade perturbadora, questionadora ou transformadora, ela se apresenta sempre com a roupagem do novo.

Théophraste Renaudot, o famoso historiador e redator da *Gazette* em 1631, demonstrava o apreço especial que a sociedade de Antigo Regime tinha pelo passado. O passado não como um campo fecundo a ser construído, mas como um bloco de exemplos morais positivos, estático, simplesmente confiável pela sua imutabilidade. Diante da transformação do presente, seus rumores vagos e imprecisos que constantemente traziam a mentira, o único repouso possível residia na história:

L’histoire est le récit des choses advenues; la gazette seulement le bruit qui en court. La première est tenue de dire toujours la vérité. La seconde fait assez si elle empêche de mentir et elle ne ment pas mesme quand elle rapporte quelque nouvelle fausse qui lui a été donnée pour véritable (Apud BELO, 1999, p. 624).

É possível enxergar nessa forma de encarar a periodicidade não um esforço de leitura do tempo presente, mas um esforço de estabelecer um vínculo mais duradouro com o passado. Portanto, a Gazeta não traz um esforço editorial reflexivo, e sim uma preocupação de criar filiações através daquilo que já está constituído. A “perecibilidade” da notícia, um aspecto insubstituível do jornalismo que torna tão necessária a redação de uma nova notícia, era preterida em detrimento da continuidade do passado:

A informação que vinha de trás devia amparar as notícias que no futuro viessem a acontecer. A continuidade explícita entre os vários números do periódico, fazendo encadear as notícias entre si de uma semana para a outra e dando forma progressiva a um anuário noticioso, percebe-se melhor à luz desta ideia: os periódicos de Antigo Regime não cultivam o gosto da informação imediata e perecível. A continuidade do discurso noticioso, com um respeito estrito pelos canais tradicionais donde a informação vinha,

sobrepunha-se à sua atualidade. A periodicidade adquire assim um sentido diferente do que conhecemos hoje: periódica nesta altura é uma publicação que difunde notícias regularmente no tempo presente, mas fá-lo de forma repetitiva, instaurando uma duração e uma continuidade na leitura (BELO, 1999, pp. 626-7).

Ainda que a *Gazeta de Lisboa* comece a se apresentar sob o formato periódico que será comum aos jornais, não é atual quando o atual implica nalgum tipo de desordem, levando em consideração o limite do historicamente previsto. Elas limitam-se à “transplantação da representação” dos cerimoniais da Corte, como que tentando o reforço do círculo de influências dessa mesma Corte (BELO, 1999, p. 628). Esse papel, exercido pela *Gazeta de Lisboa* ou pela *Gazette de France*, é muito semelhante àquele exercido pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, única voz autorizada para narrar as notícias, lembrando as seguidas proibições no Brasil e em Portugal dos jornais publicados por Hipólito da Costa, João Bernardo da Rocha Loureiro e José Liberato (MUNARO, 2014, p. 166). Ainda segundo André Belo, a serventia política da *Gazeta* consistia em lembrar à sociedade a importância do monarca e a estruturação social ao seu redor. Como no microcosmo de fidalgos retratados por Antoine Watteau, um mundo novo parece estar na iminência de desestruturar o velho e romper as linhagens, virtuosos e etiquetas que derivavam do convívio com a Corte (ELIAS, 2005): daí a vontade de esconder, afastar, interromper o novo, aquilo que se apresentava como “acontecimento disruptor” (BELO, 1999, p. 629).

O jornalismo, como uma dádiva do mercado editorial, das práticas civis e da República das Letras, não pode ser confundido, portanto, com a limitada prática da *Gazeta de Antigo Regime*, cujo exercício informativo estava confinado ao serviço do rei e à teatralização da Corte. Ainda que sejam periódicos, não representam uma atividade regular de coleta e reflexão sobre o tempo presente. Elas se pretendem a voz política da Corte, a única verdade autorizada. Como lembra Pierre Rétat, a *Gazette de France* era elaborada por um sujeito invisível:

Ses rubriques locales marquent une origine, mais il s'agit du degré le plus réduit de référence productrice. Aucun signe ne révèle un sujet d'énonciation, quel qu'il soit. Les nouvelles ainsi regroupées sont donc toutes traitées par le journal de manière à constituer déjà, dans leur déroulement, une vérité indiscutable et transparente (RETAT, 1978, p. 58).

A realidade apresentada pela *Gazette de France* parece consistir num trabalho bruto de superposição, colagem e compilação (MERCIER-FAIVRE, 2008, p. 139). Ela

não tenta excluir o sujeito sob o signo do que adiante se chamará de imparcialidade e, já no fim do século XIX, objetividade. Ela exclui o sujeito simplesmente por conter o signo da oficialidade, quer dizer, a voz autorizada do próprio rei. A Gazeta servia assim para coroar os feitos do Antigo Regime, trazer novidades sobre Estados e guerras distantes e lançar pormenores sobre a vida cortesã, colocando-a no centro da sociedade de Antigo Regime (RETAT, 1978, p. 7).

## **DOS JORNAIS E DO JORNALISMO**

A constituição da sociedade civil e do público consumidor se apresenta como fenômenos entrelaçados: na medida em que a esfera privada se emancipa e ganha consistência abre também um espaço maior para as práticas de consumo e, conseqüentemente, para o surgimento de diversidade literária. Na Inglaterra, são exemplares, a partir de 1711, os empreendimentos de Addison e Steele, que começam a pensar uma esfera íntima de leitura. Na França, somente no ano de 1734, Pierre Rétat identificou 768 títulos de periódicos em circulação (1978, p. 67), entre jornais, folhas, gazetas, mercúrios e histórias.

Na maior parte destes escritos, o autor já conhece o fim da história. A necessidade de manter o leitor vinculado à narrativa da forma mais lucrativa possível exigia que ela fosse administrada aos poucos. Como argumenta Rétat, essas formações discursivas não possuíam um percurso e um início claro: começam a se solidificar a partir das correspondências privadas, as cartas de eruditos, até alcançarem o mercado editorial:

*Malgré sa mauvaise réputation pendant tout le siècle, il [o periódico] semble avoir joué convenablement son rôle d'informateur, dans le déclin des correspondances érudites qui remplissaient cette fonction aux siècles précédents. Il évolue entre l'insignifiant et le scandaleux, dans les eaux paisibles du licite, qu'il baptise encore 'littérature' ou 'belles-lettres'. Il faut s'y résigner. Avec lui, nous restons enfermés dans l'habituel ghetto culturel. C'est toujours de l'Europe savante et éclairée qu'il nous entretient (RETAT, 1978, p. 79).*

As correspondências entre eruditos, ainda que tenham cumprido a importante função de correio regular, possuem limitações bastante consideráveis: não são produzidas para serem consumidas por um público anônimo e nem alcançam a difusão e a universalidade que Otto Groth intitula características fundamentais do jornalismo (Apud BELAU, 1966). São um esforço diletante: as transformações a que dizem

respeito não tocam aspectos essenciais da realidade. São, sobretudo, morais e apolíticas. Evidentemente, assim dissimuladas, elas se politizam: ao ignorarem o círculo cortesão julgavam-no indiretamente.

A transformação que torna as formas ainda incipientes de publicação periódica formas de publicação livre de informações voltadas para o público, precisamente aquilo que demonstra o surgimento do jornalismo enquanto prática social, merece ser estudada de forma mais cuidadosa. A França, com sua antítese entre sociedade e Estado nos ajuda a perceber como os indivíduos destituídos de poder político – sobretudo burgueses – construíram estratégias para comentar as ações do Antigo Regime julgando-as a partir de pontos de vista mais críticos. Se a ação do príncipe absoluto, no contexto das guerras religiosas, era a própria encarnação do bem, já que constituía a única garantia de que a guerra não voltaria a atormentar a população, a burguesia do século XVIII apresenta a ideia de que a sociedade ilustrada, reunida através de seus talentos mais prósperos, representa ela mesma a legislação moral. Os primeiros jornais literários e científicos a circularem na França são precisamente um eco disso. São apolíticos, já que a política, considerada uma forma desviada de conduta humana, seria incapaz de guiar os homens rumo a um conhecimento mais universal e a uma forma mais ampla de percepção moral. Como lembra Pierre Rétat: “l’espace européen balayé par les ‘nouvelles littéraires’ n’est plus celui de la politique des cours, mais celui de la ‘République des Lettres’, de ses productions savantes et de son effort collectif et pacifique” (RETAT, 1978, p. 31). Essas reflexões que surgem nos círculos ilustrados logo ganham corpo e se tornam, na condição de fenômeno literário, *nouvelles à la main*, na qual o vicioso círculo político era exposto da forma mais nua e crua.

A partir dessas transformações sociais que, grosso modo, entende-se como emergência de uma esfera burguesa de produção literária, pode-se compreender o pano de fundo cultural que ajudou a gestar o jornalismo e torná-lo uma necessidade social moderna. Ainda que tratado como uma forma de literatura “menor”, ele se tornou então um espaço de trânsito contínuo de saberes, discursos e informações sobre o tempo presente que também saciava a necessidade burguesa de utopia. Segundo o julgamento de Benedict Anderson (1989), tornou-se mesmo uma espécie de garantia da passagem do tempo, uma bússola política. O jornalismo não aparece assim como um conjunto de características tipológicas, mas como resultado de uma série de transformações sociais que envolviam a desestruturação do tempo do Estado absolutista. As características da leitura voltada para o público, convertido em instrumento superior de crítica, precisam

apresentar continuamente elementos novos. Como lembra Pierre Rétat, os periódicos que circulam em 1734 precisavam despertar a imaginação do leitor para poderem ser vendidos, e faziam isso explorando o território impreciso do presente e ideal do futuro:

Le public serait alors simplement, dans une société donnée, à la fois les modalités et la capacité d'un ensemble de actions propres à certains groupes : s'informer, savoir, se nourrir l'imagination, élaborer des comportements collectifs et définir et conserver des valeurs par les moyens de l'écrit. En tant que dispositif mobile et permanent, *les périodiques sont probablement l'un des premiers instruments d'organisation, de mesure et d'analyse du public au sens moderne du terme* (RÉTAT, 1978, p. 25, grifos nossos).

Segundo o mesmo autor, o público aparecia como uma instância máxima de julgamento, ainda que confinado, num primeiro momento, aos círculos de eruditos. Sua leitura seria a única ferramenta capaz de garantir o sucesso da publicação, quer dizer, a formação do “tribunal da opinião pública”:

Du fait de son rôle fondamental de communication et de propagation, le périodique est profondément solidaire du développement du public. Si, en tant que demande, le public apparaît dans une généralité diffuse, les modes d'organisation du périodique sont les réseaux d'une réponse qui ne peut ignorer la demande et, d'une certaine façon, en produit l'analyse. [...] la 'méthode périodique' est à partir du XVIIe siècle un mode d'analyse du public (1978, p. 26).

Mais do que um espaço onde se deposita a história, como na Gazeta, os jornais assumem o papel de expressar tensões sociais incorporando também a voz de seus leitores. Se não fizerem isso, não alcançam o público. São um espaço de crítica diante dos quais a dialética com o social é inevitável: a sociedade caminha e, caminhando, ajuda transformar o jornal levando o seu autor a perceber inovações importantes para sua concepção editorial. Ao contrário da Gazeta, cuja voz social é simplesmente suprimida, os jornais começam a incorporar no noticiário as próprias e abundantes cartas enviadas pelos correspondentes, requisitadas constantemente como necessárias para a manutenção de um fluxo regular de informações. O jornalismo é tanto a requisição desse público leitor que deseja, também ele, efetuar o seu registro crítico, quanto do mercado editorial, que via a necessidade da venda regular de exemplares.

O caso inglês, em virtude da Declaração de Direitos de 1689, é um caso a parte. A própria constitucionalidade britânica garantia a livre manifestação de opiniões, e as pressões da *Philosophical Law*, como já se viu, concorreram para aumentar a ebulição literária do século XVIII. A prosperidade comercial da Inglaterra conduziu a um grande desenvolvimento do jornalismo enquanto atividade profissional, o que já permite

perceber, no início do século XIX, o surgimento dos jornais diários independentes (WASSON, 2006, p. 69). Em comum, estas práticas guardavam o sentimento da sociedade civil de conhecer, vinculada a uma ideia de que o futuro, aberto e exposto na forma de utopia, guardava a realização plena da humanidade. O jornalismo possui uma posição importante, tanto quanto as lojas maçônicas e as repúblicas de letrados, para a textualização do sentimento moderno de mudança. Fundamentalmente voltado para o futuro, permitia a exploração de novas formas de representar o tempo, imaginá-lo criativamente, longe da predominância da tradição. Nesse sentido, ele foi essencial para catalisar as energias democráticas e difundir, entre os elementos “populares” uma noção apócrifa de soberania popular (HARTLEY, 1996, p. 77).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda que haja uma tensão nítida entre o jornalismo e suas precursoras, as Gazetas, suas práticas se encontram entrelaçadas e se textualizam umas às outras: tanto quanto os jornais absorvem traços de autocensura para não ferir a integridade do rei, as gazetas podem ter ultrapassado o limite do permitido pela sociedade de Antigo Regime ajudando a dar coloração mais moderna para os discursos políticos. O processo de emergência e consolidação das práticas jornalísticas envolve pensar esse difícil terreno de intensas mutações políticas, econômicas e sociais que dizem respeito à crise política do Antigo Regime. Regido pela lógica do Iluminismo, que opunha à sociedade o pesado Leviatã, a literatura da época tornava visível a desmoralização da imagem do rei que, incapaz de curar escrófulas, agora era percebido apenas como mais um pesado encargo.

Este processo aconteceu de forma mais ou menos intensa, conforme a situação política de Estados nacionais que puderam, nalguns casos, preservar antigas estruturas corporativas através da máquina burocrática renovada. Ainda que sob a roupagem moderna, mantiveram sua incapacidade de lidar com a liberdade política individual e a meritocracia, dentre outras práticas que demarcariam a transição social para a modernidade. Esse processo de crise, portanto, não envolve, simplesmente, o esboroamento daquele Estado. Antigas práticas políticas continuam resistentes, bem como formas corporativas de arregimentação de intelectuais e locutores políticos. O envolvimento íntimo do Estado com o jornalismo, nas palavras de Habermas, ainda que tenha vivido um processo de ativa idealização durante o Iluminismo, foi convertido num “feudalismo industrial”, em que poucos senhores capitalistas teriam se apossado dos

meios de produção, inclusive aqueles relativos ao material impresso (HABERMAS, 1984, p. 182).

O jornalismo surge e se dissemina no bojo desse processo de consolidação do Iluminismo, se transformando e assumindo os mais variados formatos. Seu contexto de emergência envolve uma série de peças profissionais móveis que são articuladas para ganhar a confiança do público. Para compreender esse papel tão importante quanto original, é preciso desvincular o jornalismo da ideia de uma construção ontológica ligada à necessidade humana de comunicar. Ele está vinculado à estruturação das sociedades modernas, cuja transformação do tempo tornou o presente e o futuro suficientemente importantes para serem refletidos continuamente. Sem essa alteração que toca à filosofia da história e que envolve deixar de pensá-la como “mestra da vida”, não haveria condições para uma discussão e processo de reflexão tão amplo sobre o tempo como um espaço aberto como aquela que abriu as portas para o exercício do jornalismo, com todas as consequências políticas, sociais e culturais que ela trouxe.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BELAU, Angel Faus. *La ciência periodística de Otto Groth*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1966.
- BELO, André. *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*, tese de mestrado em Ciências Sociais apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997.
- BELO, André. “A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito”. 1999.
- BLACK, Jeremy. *The English Press in the Eighteenth Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987.
- Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Hipólito José da Costa. Londres: W. Lewis, 1808-1822.
- DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ELIAS, Norbert. *A peregrinação de Watteau à ilha do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTLEY, John. *Popular reality: journalism, modernity, popular culture*. New York: St Martin Press, 1996.

KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.

LEVY, Raphael. "The Daily Press in France". IN: *The Modern Language Journal*, Vol. 13, No. 4, 1929, pp. 294-303.

LISBOA, João Luís. *Gazetas: a informação política nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

MERCIER-FAIVRE, Anne-Marie. "La voix éditoriale"...« *La voix éditoriale, outil de cohésion dans le texte des gazettes du 18e siècle* . Orages, n°7, 2008, p. 37-52.

MUNARO, Luís. O jornalismo luso-brasileiro em Londres 1808-1822. Tese de Doutorado apresentada na UFF, Niterói, 2013.  
*O Portuguez ou Mercurio Politico, commercial e litterario*. João Bernardo da Rocha Loureiro. Londres, 1814-1822.

RETAT, Pierre. *Presse et histoire au XVIIIe siècle l'année 1734*. Paris: CNRS, 1978.

WASSON, Ellis Archer. "The Whigs and the press, 1800-50". *Parliamentary History*, V. 25, Part 1, 2006, pp. 68-87.